

Pacote aumenta combustíveis em 6% e IR em 10%

Wilson Pedrosa/AE

Conjunto de 51 medidas eleva IPI dos automóveis e bebidas e prevê demissão de 33 mil servidores

BRASÍLIA — O pacote fiscal de 51 medidas anunciado ontem pelo governo para enfrentar a crise internacional das bolsas deverá fazer com que o ritmo de crescimento da economia brasileira caia dos atuais 3,5% a 4% para apenas 2% no próximo ano, de acordo com estimativas da equipe econômica. Entre as decisões anunciadas está um aumento médio de cerca de 6% nos preços dos combustíveis, que deve entrar em vigor segunda-feira, uma elevação de 10% do Imposto de Renda das pessoas físicas a partir de janeiro e a demissão de 33 mil funcionários públicos federais não estáveis.

Ao anunciar as medidas, que considerou "rigorosas", o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que elas não significam mudança de rumo da política econômica, mas a reafirmação do compromisso do governo de defender o real. "Estamos acelerando o ajuste por causa das turbulências do mercado financeiro internacional, que não parecem ser de curta duração", disse Malan. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, também destacou que o governo está dando uma resposta ao desafio imposto pela crise. "O Brasil não é um país-avestruz", afirmou.

Limites — A redução de US\$ 500 para US\$ 300 do limite para as compras nos free shops dos aeroportos brasileiros e a elevação da taxa de embarque de US\$ 18 para US\$ 90 são duas das medidas que afetarão diretamente os turistas em viagens internacionais. Na chegada ao País, o viajante terá de preencher, a partir de agora, uma declaração informando ao governo tudo o que comprou lá fora. Se a bagagem for checada e os dados não conferirem, haverá penalidades. O limite para compras no exterior continua sendo de US\$ 500.

Na área tributária, o governo elevou também o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis em 5 pontos percentuais e das bebidas em 10%. No fim da tarde de ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso surpreendeu a todos e disse que o governo vai "mudar o Imposto de Renda das empresas". O secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, disse que o presidente se referia ao corte de incentivos fiscais e não estão previstas alterações no IR das pessoas jurídicas.

Importação — Para reduzir as importações, uma nova medida deverá ser anunciada ainda nesta semana. Trata-se da elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul em 3 pontos percentuais, que atingirá 9 mil produtos. Esse aumento das tarifas foi acer-



Parente (à esq.), Malan e Kandir: 51 medidas para garantir corte de despesas e aumento de arrecadação de, no mínimo, R\$ 20 bilhões

tado ontem durante encontros do ministro Malan com o ministro da Economia da Argentina, Roque Fernandez. Os dois consultaram por telefones os outros dois parceiros no Mercosul: o Uruguai e o Paraguai.

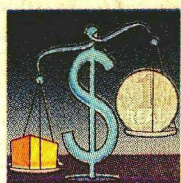
O ministro Antônio Kandir anunciou também a extinção de 70 mil cargos efetivos da administração civil que estão vagos. O pacote impõe limites para a concessão de créditos por instituições financeiras a Estados e municípios, que tiveram também limitados as operações de antecipação de receita orçamentária, as ARO.

Os ministros Malan e Kandir estimaram que o pacote anunciado

ontem permitirá um ganho fiscal de R\$ 20 bilhões. Desse total, R\$ 11,8 bilhões serão a contribuição do governo federal, R\$ 4,8 bilhões das estatais e R\$ 3,0 bilhões dos Estados e municípios. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse que o ganho fiscal de R\$ 20 bilhões corresponde a 2% a 2,25%

do Produto Interno Bruto (PIB), mas informou que o governo não pretende anunciar uma meta para o superávit primário (exclui o pagamento de juros) de 98.

Parente disse apenas que a previsão era de um superávit de 1,5% do PIB e, com as medidas, "será substancialmente maior". O pacote fiscal não prevê redução de despesas no Orçamento da União deste ano. Os cortes anunciados, no valor de R\$ 5,3 bilhões, referem-se unicamente ao Orçamento de 1998. No início da noite de ontem, o Ministério da Fazenda explicou que os cortes do Orçamento de 1997 deverão ser anunciados ainda esta semana.



TARIFAS DE IMPORTAÇÃO VÃO SUBIR PARA 9 MIL PRODUTOS

AS PRINCIPAIS MEDIDAS DO PACOTE

- O Imposto de Renda devido pela pessoa física tem aumento de 10% em 98 e 99. Aliquotas sobem de 15% para 16,5% e de 25% para 27,5%
- Redução de 15% dos gastos de custeio da administração federal
- Criação de regime especial de dividendos para bancos oficiais federais, que eleva para 100% do lucro líquido a distribuição de resultados ao Tesouro, para abatimento de dívida pública
- Deduções de IR de quem declara formulário completo foram restritas a 20% do total.
- Corte de 6% nos investimentos do setor público
- Suspensão por três meses da concessão de novos benefícios aos inativos da União até recadastramento dos beneficiários
- Aumentam os preços da gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação e álcool
- Manutenção da idade de 70 anos para concessão de benefícios aos inativos da União em 98 e 99
- Aumentam as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados sobre automóveis e bebidas
- Permissão para contratação de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) para produtores de insumos de bens exportáveis
- Cai de US\$ 500 para US\$ 300 o limite de isenção das compras realizadas nos "duty free"
- Criação de um Fundo de Aval para a pequena e média indústria com lastro em R\$ 800 milhões em ativos da União
- Sobe de US\$ 18 para US\$ 90 a taxa de embarque em voos internacionais
- Redução linear de 50% nos incentivos setoriais e regionais (Finor, Finam e Funres)
- Criada declaração simplificada sobre bagagem acompanhada para passageiros procedentes do exterior
- Redução da margem para Antecipação de Receita Orçamentária (Aros) de Estados e municípios
- Demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis
- Ampliação do Programa Nacional de Privatização com inclusão do Instituto de Resseguros do Brasil e concessão de rodovias federais, como Fernão Dias e BR-116
- Extinção de 70 mil cargos vagos no Poder Executivo
- O trabalhador que pedir aposentadoria proporcional perde automaticamente o vínculo empregatício

Onde o governo vai ganhar mais ou gastar menos

Onde o governo vai ganhar mais ou gastar menos	Ganho adicional ou redução de despesas (em R\$ bilhões)
Reprogramação de investimentos das empresas estatais	2,1
Redução de limites de concessão de crédito setor público para AROs e dívida de longo prazo	2,0
Elevação das receitas de empresas estatais com tarifas	1,8
Redução de 15% dos gastos de custeio da União	1,7
Redução de gastos com pessoal da União em 98	1,5
Aumento de alíquota e redução de deduções do IR da pessoa física	1,2
Elevação do preço dos combustíveis	1,16
Regime especial de dividendos para bancos oficiais federais	1,0
Aumento do IPI de automóveis e bebidas	0,8
Redução de 20% com revisão de contratos de prestação de serviço à União	0,58
Redução de incentivos regionais e setoriais	0,55
Aumento da Taxa de Embarque	0,5
Corte nos investimentos do setor público	0,5